

EDITAL Nº 03/2016

SELEÇÃO MONITORES REMUNERADOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS/FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E EXATAS, DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI,  
CAMPUS DO MUCURI.

O Departamento de Ciências Contábeis/Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas, torna público que estão abertas inscrições para o processo de seleção de Monitores Remunerados e Voluntários.

**1- DOS OBJETIVOS**

O Programa de Monitoria tem por objetivo dar suporte ao corpo discente, visando à melhoria do rendimento acadêmico e estimular os estudantes para o exercício da carreira docente.

**2- DAS INSCRIÇÕES**

2.1 - Poderá inscrever-se para o exame de seleção, o discente:

- a) Regularmente matriculado no Curso de Graduação em Ciências Contábeis, que comprove já ter obtido aprovação na unidade curricular objeto da seleção, com média igual ou superior a 70,0 (setenta).
- b) Que dispuser de horários livres, compatíveis com os estipulados pelo Professor Supervisor.

2.1.2 - Não havendo inscrição de nenhum candidato com nota igual ou superior a 70,0 (setenta), os candidatos que apresentarem nota igual ou superior a 60,0 (sessenta), poderão se inscrever, mantidas as demais exigências.

2.1.3 - O candidato que tiver integralizado unidade curricular equivalente àquela, objeto da seleção, deverá anexar aos documentos, uma declaração do professor responsável pela unidade curricular cursada, comprovando que o conteúdo programático é equivalente.

2.1.4 - As inscrições serão realizadas conforme disposto a seguir:

**Período:** de 01 a 03 de agosto de 2016.

**Horário e Locais:** De 09:00h às 12:00h e de 14:00h às 19:00h na Departamento de Ciências Contábeis (Sala 106 do Prédio da FACSAB) e de 19:00h às 22:00h na Sala da Secretaria Acadêmica da FACSAB (Sala 101 do Prédio da FACSAB).

**Documentação:** Formulário de Inscrição devidamente preenchido (ANEXO III) – Histórico Escolar (Imprimir do SIGA), com os dados do candidato, contendo obrigatoriamente a nota da unidade curricular objeto desta seleção).

### 3- DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

**Data:** 05 de agosto de 2016.

**Local:** Sala 117

**Horário:** 16:00 horas.

3.1 - O candidato deverá comparecer ao local das provas no horário estabelecido, devendo apresentar ao Professor seu histórico escolar (Imprimir do SIGA), contendo obrigatoriamente seu CRA, que terá peso igual ao da avaliação específica.

### 4- DA SELEÇÃO

4.1 - A seleção dos monitores remunerados ou voluntários será feita mediante realização de avaliação específica sobre o conteúdo programático da unidade curricular (prova teórica/prática).

4.1.2 - Será considerado aprovado no exame de seleção o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 60% (sessenta por cento).

4.1.3 - Ocorrendo empate no resultado de seleção, serão observados para efeito de desempate, pela ordem, os seguintes critérios:

- I - Maior nota na unidade curricular objeto da seleção.
- II - Maior CRA.
- III - Candidato com maior idade.

4.1.4 - O resultado do processo seletivo será divulgado pela Unidade Acadêmica / Departamento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a sua realização.

4.1.5 - Este processo seletivo terá validade por um semestre letivo, podendo ser prorrogado por igual período, dentro do mesmo ano letivo, a critério do Professor Supervisor, responsável pela unidade curricular.

4.1.6 - Havendo vaga para monitores dentro do período de validade do Edital, esta poderá ser imediatamente ocupada por outro discente aprovado, respeitada a ordem classificatória.

4.1.7 - Não havendo candidato classificado no processo seletivo para Monitoria Remunerada ou Voluntária, será publicado novo Edital para seleção de monitores.

4.1.8 - A monitoria voluntária será concedida aos discentes que concorreram e foram classificados pelo processo de seleção das unidades curriculares específicas para monitores voluntários.

4.2 - Este processo seletivo será válido para o primeiro semestre letivo de 2016.

4.3 - O preenchimento das vagas será pela ordem de classificação, sendo que a cada desistência será chamado o próximo candidato classificado.

4.4 - Não havendo outro candidato aprovado, a pedido do professor responsável pela disciplina, outro edital poderá ser aberto para preenchimento da vaga, de acordo com os termos da Resolução nº 01 – CONSEPE, de 05 de março de 2015.

## 5- DO RESULTADO

O resultado deste processo seletivo será divulgado no dia 09 de agosto de 2016.

## 6- DOS RECURSOS

6.1 - Havendo recursos, estes deverão ser encaminhados, em primeira instância, à Congregação da Unidade Acadêmica.

6.1.1- Da decisão da Congregação, caberá em última instância, recurso ao Conselho de Graduação (CONGRAD).

6.1.2 - O prazo para impetração de recurso é de 2 (dois) dias úteis, incluído o dia da divulgação do resultado do processo seletivo.

## 7- DA ADMISSÃO E EXERCÍCIO DA MONITORIA

7.1 - A admissão no Programa de Monitoria obedecerá à ordem de classificação dos candidatos, de acordo com as vagas existentes.

7.2 – Até o dia 12 de agosto de 2016, o discente selecionado para exercer a função de monitor deverá entregar na DAA/PROGRAD, os seguintes documentos:

- I - Cadastro do Monitor, informando endereço, telefone, e-mail e dados bancários;
- II - Termo de Compromisso do Monitor, devidamente assinado pelo discente e pelo docente responsável pela unidade curricular;
- III - Cópia dos documentos de identidade, CPF e comprovante de conta bancária.

7.2.1 - O não cumprimento do prazo para entrega da documentação, implicará na perda da bolsa de monitoria.

7.3 - O Termo de Compromisso do Monitor será firmado entre o discente e a UFVJM, com a anuência da Unidade Acadêmica, no ato da admissão.

7.4 - As atividades do monitor obedecerão, em cada semestre letivo, a um Plano de Trabalho elaborado pelo Professor Supervisor.

7.5 - A monitoria será exercida somente em dias letivos, de acordo com o Calendário Acadêmico vigente.

7.6 - A monitoria será exercida em regime de 48 (quarenta e oito) horas mensais, exceto nos meses em que não houver dias letivos suficientes para tal. Nesses meses, as atividades desenvolvidas corresponderão a 24 (vinte e quatro) horas mensais.

## 8- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - A bolsa de monitoria tem caráter transitório, não é acumulável com nenhum outro tipo de bolsa no âmbito da UFVJM – exceto bolsas de auxílio – ou empregos de quaisquer naturezas, não gerando vínculo empregatício.

8.2 - Dentro do mesmo semestre letivo não será permitido o exercício simultâneo de monitoria pelos discentes, seja remunerada ou voluntária.

8.3 - O monitor deverá, até o dia 20 de cada mês, entregar o relatório de acompanhamento e monitoramento das atividades de monitoria ao Professor Supervisor.

8.4 - O monitorea deverá encaminhar seu Atestado de Frequência à DAA/PROGRAD, até o dia 20 de cada mês.

8.5 - Os casos omissos ou situações não previstas, serão resolvidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

Teófilo Otoni, 29 de Julho de 2016.

---

Assinatura do Chefe do Departamento / Unidade Acadêmica

ANEXO I – RELAÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS E  
SALAS PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Monitoria Remunerada e Voluntária:

Conteúdo/Disciplina Objeto	Qtde de bolsas remuneradas	Qtde de bolsas voluntárias	Local das Provas	Nota e aprovação exigida para inscrição
Contabilidade Geral II	01	00	Sala 117	7,0
Laboratório Contábil	01	00	Sala 117	7,0
Contabilidade de Custos	01	00	Sala 117	7,0
Administração Financeira	01	00	Sala 117	7,0
Administração Orçamentária	00	01	Sala 117	7,0
Instituições de Direito	00	01	Sala 117	7,0
Direito Tributário	00	01	Sala 117	7,0

**ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO POR CONTEÚDO/DISCIPLINAS**

CONTEÚDO/DISCIPLINA	Conteúdo de Contabilidade Geral II
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	1- Balanço Patrimonial (Grupo de Contas) 1.1. Ativo Circulante 1.2. Ativo Não Circulante 1.3. Passivo Circulante 1.4. Passivo Não Circulante 1.5. Patrimônio Líquido 2- Demonstração do Resultado do Exercício 2.1. Conceito 2.2. Estrutura 2.3. Elaboração e apresentação da DRE 3- Competência do Exercício 3.1. Regime de Competência 3.2. Regime de Caixa 3.3. Despesas e Receitas Antecipadas 3.4. Influência do BP e na DRE 4. Fatos Contábeis 4.1- Permutativos 4.2- Modificativos 4.3- Mistos 5. Estrutura Patrimonial do Ativo 5.1. Conceito de Ativo 5.2. Classificação dos elementos do Ativo 5.3. Critérios de avaliação de Ativos 5.4. Disponibilidades 5.4.1. Fundo Fixo de Caixa 5.4.2. Conciliação Bancária 5.5. Ativo Não Circulante 5.5.1. Depreciação, Amortização, Exaustão 6- Estrutura Patrimonial do Passivo

	<p>6.1. Conceito de Passivo          6.2. Classificação dos elementos do Passivo          6.3. Critérios de avaliação de Passivos          6.4. Provisões Passivas          7- Estrutura Patrimonial do Patrimônio Líquido          7.1. Conceito de Patrimônio Líquido          7.2. Constituição do Patrimônio Líquido          7.3. Capital Social          7.4. Ajustes de Avaliação Patrimonial          7.5. Reservas de Capital          7.6. Reservas de Lucros          7.7. Ações em Tesouraria          7.8. Prejuízos Acumulados          8- Provisões e Reservas          8.1. Conceito          8.2. Diferenciação          9- Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA)          9.1. Conceito          9.2. Estrutura          9.3. Elaboração e apresentação da DLPA          10- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)          10.1. Conceito          10.2. Estrutura          10.3. Elaboração e apresentação da DMPL</p>
<b>BIBLIOGRAFIAS</b>	<p>FIPECAFI/USP. Manual de Contabilidade Societária . São Paulo: Atlas, 2010.          FIPECAFI/USP. Contabilidade Introdutória. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2010.          GOUVEIA, N. Contabilidade Básica. 4 ed. São Paulo: Harbra, 2010.          MARION, J. C. Contabilidade Empresarial. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>

CONTEÚDO/DISCIPLINA	Laboratório Contábil
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<p>1 ATOS E PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS 1.1. PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS 1.1.1. Atos e Procedimentos Constitucionais e Aplicativos 1.1.2. Aplicativos Utilizados 1.1.3. Instrumentos Constitucionais 1.1.3.1. Empreendedor Individual 1.1.3.2. Empresário Individual 1.1.3.3. Empresário Individual de Responsabilidade Ltda. 1.1.3.4. Sociedade Empresária 1.1.3.5. Sociedade Civil 1.2 Noções Elementares de Legislação Empresarial 1.3. ASPECTOS PRÁTICOS 1.3.1. Cadastro Sincronizado Simples Nacional 1.3.1.1. CNPJ, Inscrição Estadual e Inscrição Municipal 1.3.1.2. Registros em órgãos regulamentadores</p> <p>2 ROTINAS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS 2.1.1. Noções conceituais 2.1.2. Instruções sobre férias 2.1.3. Instruções sobre Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho 2.2.1. Elaboração de Folha de Pagamento 2.2.2. Elaboração de Recibo de Férias 2.2.3. Elaboração de Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho 2.2.3. Elaboração de Obrigações Acessórias 2.2.3.1. SEFIP / GRFC 2.2.3.2. CAGED 2.2.3.3. RAIS 2.2.3.4. DIRF 2.2.3.5. PCMSO 2.2.3.6. PPRA 2.2.3.7. PPP</p> <p>3. ROTINAS FISCAIS 3.1. MOVIMENTO FISCAL 3.1.1. Movimentação com Mercadoria 3.1.1.1. Operações com ICMS 3.1.1.2. Apuração e cálculos ICMS, IPI, ISSQN 3.1.2. Escrituração Fiscal dos fatos 3.1.2.1. Aplicativos Fiscais 3.1.3. RICMS/2002 e Anexos. 3.2. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES 3.2.1. Imposto de Renda 3.2.2 ICMS 3.2.3 IPI 3.2.4 ISSQN 3.2.5 COFINS 3.2.6 PIS/PASEP 3.2.7 FGTS</p> <p>4. ROTINAS CONTÁBEIS 4.1. CONTROLES PATRIMONIAIS 4.1.1. Calculo de Depreciação 4.1.2. Fundamentação legal e Contabilização dos Fatos 4.2. Noções Fundamentais da Legislação Tributária e Empresarial 4.2.1. Abordagem pratica da Lei Complementar 123 de 14/12/2006 e alterações 4.2.2. Abordagem Prática à Legislação e Regulamento do IR 4.2.2.1. Lucro Real 4.2.2.2. Lucro Presumido 4.2.3. Análise do Impacto Tributário às MPes 4.3. Escrituração 4.3.1 Fundamentos da Escrituração Contábil 4.3.2 Escrituração Contábil simplificada 4.3.3 Livros Contábeis 4.3.3.1. Livro Diário 4.3.3.2. Livro Caixa 4.3.3.3. Livro Razão</p>



<b>BIBLIOGRAFIAS</b>	<p>ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>IUDÍCIUS, S.; MARION, J. C. Contabilidade comercial. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, Aristeu. Manual de Prática Trabalhista. 48ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JR., J.H.; CHIEREGATO, R.; GOMES, M. B. Manual de contabilidade tributária. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p>
----------------------	---

<b>CONTEÚDO/DISCIPLINA</b>	<b>Contabilidade de Custos</b>
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<p>1. NOÇÕES BÁSICAS DE CUSTOS</p> <p>1.1 Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial</p> <p>1.2 Função da Contabilidade de Custos</p> <p>1.3 Objetivos da Contabilidade de Custos</p> <p>1.4 Terminologia básica</p> <p>1.5 Classificação dos custos</p> <p>1.6 Sistema de acumulação de custos</p> <p>1.7 Métodos de custeio</p> <p>2. COMPONENTES DO CUSTO</p> <p>2.1 Materiais Diretos - MD</p> <p>2.1.1 Introdução</p> <p>2.1.2 Custo de aquisição dos materiais (encargos adicionais, descontos)</p> <p>2.1.3 Critérios de avaliação dos materiais: PEPS, UEPS, Média ponderada e outros</p> <p>2.1.4 Tratamento contábil das perdas de materiais</p> <p>2.1.5 Tratamento contábil dos subprodutos e das sucatas</p> <p>2.2 Mão-de-Obra Direta - MOD</p> <p>2.2.1 Introdução</p> <p>2.2.2 Ociosidade</p> <p>2.2.3 Horas extras e outros adicionais</p> <p>2.2.4 Encargos sociais</p> <p>2.3 Custos Indiretos de Fabricação ou Produção CIF ou CIP</p> <p>2.3.1 Introdução</p> <p>2.3.2 Critérios de rateio</p> <p>2.3.3 Importância da consistência dos critérios</p> <p>3. ESQUEMA BÁSICO DE APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS</p> <p>3.1 Esquema básico da contabilidade de custos</p> <p>3.2 Departamentalização e centro de custos</p>

	<p>3.3 Rateio dos custos por departamento  <b>4. MÉTODOS DE CUSTEIO</b>  4.1 Custeio por Absorção  4.2 Custeio Variável  4.3 Custeio ABC Custeamento Baseado em Atividades  <b>5. SISTEMA DE CUSTOS-PADRÃO</b>  5.1 Conceito, objetivo e tipos de custo-padrão  5.2 Fixação do padrão 5.3 Causas e análise das variações de MD e MOD  5.4 Custo-padrão e orçamento  5.5 Influência das variações de preço  <b>6. SISTEMA DE CUSTOS ESTIMADOS</b>  <b>7. PROCESSOS PRODUTIVOS E SISTEMAS DE ACUMULAÇÃO DE CUSTOS</b>  7.1 Produção Conjunta  7.1.1 Conceituação e características básicas.  7.1.2 Sistema de apropriação conjunta  7.1.3 Subprodutos, sucatas e co-produtos  7.1.4 Apropriação dos custos conjuntos  7.1.5 Método do valor de mercado  7.1.6 Método dos volumes produzidos  7.1.7 Método da igualdade do lucro bruto  7.1.8 Método das ponderações  7.2 Produção Por Ordem  7.2.1 Conceitos e características básicas.  7.2.2 Ordem de produção de curto prazo.  7.2.3 Ordem de produção de longo prazo.  7.3 Produção Contínua  7.3.1 Conceitos, características e finalidades  7.3.2 Produção equivalente  7.3.3 Custo da produção do período  7.3.4 Custo da produção acabada  7.3.5 Custo dos produtos vendidos  7.3.6 Apuração com uma e com várias fases de fabricação.  7.3.7 Unidades defeituosas</p>
<b>BIBLIOGRAFIAS</b>	<p>MARTINS, E. Contabilidade de custos. 9ed. São Paulo: Atlas, 2003.  LEONE, G. S. G. Curso de contabilidade de custos. 2ed. São Paulo: Atlas, 2000.  MAHER, M. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas, 2001  MEGLIORINI, E. Custos. 2ed. São Paulo: Pearson Education, 2007.</p>

CONTEÚDO/DISCIPLINA	Administração Financeira
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<p>1. VISÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E AMBIENTE FINANCEIRO 1.1 Evolução das finanças 1.2 Objetivos da administração financeira 1.3 Decisões empresariais e a contabilidade 1.4 Importância da divulgação de relatórios contábil/financeiros 1.5 Análise das Demonstrações Contábeis</p> <p>2 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CURTO PRAZO 2.1 Fundamentos do capital de giro líquido 2.2 Gestão de caixa 2.3 Gestão de estoques 2.4 Gestão de contas a receber 2.5 Gestão do passivo circulante</p> <p>3 RISCOS, RETORNO E VALOR 3.1 Condicionantes do valor. 3.2 Retornos e variabilidade dos retornos. 3.3 Risco de ativos individuais e risco de carteira. 3.4 Modelo de precificação de ativos financeiros-CAPM. 3.5 Avaliação de ativos financeiros.</p> <p>4 DECISÃO DE INVESTIMENTO DE LONGO PRAZO 4.1 Tomada de decisões no processo de orçamento de capital 4.2 Fluxos de caixa relevantes 4.3 Período de payback 4.4 Valor presente líquido (VPL) 4.5 Taxa interna de retorno (TIR) 4.6 Índice de lucratividade (IL) 4.7 Risco no processo de orçamento de capital 4.8 Economic Value Added</p> <p>5. CUSTO E ESTRUTURA DE CAPITAL 5.1 Função e estrutura financeira da Empresa 5.2 Fontes de financiamento e recursos da Empresa 5.3 Estrutura de Capital 5.4 Custo de capital de terceiros 5.5 Custo de capital próprio 5.6 Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) 5.7 Alavancagem 5.8 Decisões sobre estrutura de capital.</p>
<b>BIBLIOGRAFIAS</b>	<p>BRIGHAM, E. F.; GAPENSKI L. C.; EHRHARD, M. C. Administração financeira: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. 12<sup>a</sup> edição, São Paulo: Pearson, 2010.</p> <p>MATIAS, Alberto Borges (Coord.). Finanças corporativas de curto prazo: a gestão do valor do capital de giro. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. Administração financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p>

CONTEÚDO/DISCIPLINA	<b>Administração Orçamentária</b>
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<p>1 - PLANEJAMENTO E CONTROLE Planejamento e Controle Planejamento Estratégico</p> <p>2 - PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE EMPRESARIAL Orçamento Empresarial Orçamento de Vendas Orçamento de Produção Orçamento de Compras Orçamento de Custos Diretos Orçamento de Custos e Despesas Indiretas Orçamento de Imobilizado Orçamento de Caixa</p> <p>3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROJETADAS</p> <p>4 - ANÁLISE DE VARIAÇÃO</p>
<b>BIBLIOGRAFIAS</b>	<p>FREZATTI, F. Orçamento Empresarial: planejamento e controle gerencial. 3ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>WELSCH, G. A. Orçamento Empresarial. 4ed. São Paulo:Atlas, 2010.</p> <p>MOREIRA, J.C. Orçamento Empresarial: manual de elaboração. 5ed. São Paulo:Atlas, 2002.</p>

CONTEÚDO/DISCIPLINA	<b>Instituições de Direito</b>
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<p>1. NOÇÕES PRELIMINARES DE DIREITO</p> <p>1.1. CONCEITUAÇÃO DE DIREITO 1.1. Senso Comum, Conhecimento Científico e Conhecimento Filosófico. 1.1.2. Ciências Naturais e Ciências da Cultura: o Direito como espécie das ciências culturais. 1.1.3. Acepções da palavra direito: ciências jurídicas, ordenamento jurídico, direito subjetivo, justo. 1.1.4. Iniciação à tridimensionalidade jurídica. O objeto do conhecimento jurídico. 1.2. DIREITO E SOCIEDADE 1.2.1. Direito e Moral. 1.2.2. Direito e Religião. 1.2.3. Direito e Economia. 1.2.4. Direito e Política. 1.2.5. Direito e Estado. 1.2.6. Direito e Arte. 1.3. DICOTOMIAS DO DIREITO 1.3.1. Direito Natural e Direito Positivo; 1.3.2. Direito Objetivo e Direito Subjetivo; 1.3.3. Direito Público e Direito Privado; 1.3.4. Direito Material e Direito Processual; 1.3.5. Os ramos do Direito: a Enciclopédia Jurídica.</p> <p>2. FONTES DO DIREITO</p> <p>2.1. Os Grandes Sistemas Jurídicos Ocidentais 2.2. Lei 2.2.1. Formação. 2.2.2. Classificação. 2.2.3. Hierarquia. 2.2.4. Eficácia. 2.2.5. Interpretação e Integração. 2.3. Os costumes, as tradições e o direito costumeiro. 2.4. Jurisprudência e jurisdição: o direito dos tribunais. 2.5. Doutrina: o papel do saber.</p>

	<p>3. TEORIA GERAL DO ESTADO 3.1. Conceito E Origem. 3.2. Caracterização: Elementos Constitutivos E Fundamentos. 3.3. Regime Político. 3.4. Formas De Estado. 3.5. Formas De Governo. 3.6. Sistemas De Governo. 3.7. O Estado Moderno E Constitucionalismo.</p> <p>4. DIREITO CONSTITUCIONAL 4.1. Denominação da constituição. Conceito. Classificações. 4.2. Constituições brasileiras. 4.3. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. 4.4. Funções e órgãos do estado. 4.5. Declaração e garantia de direitos. 4.6. A ordem econômica e social.</p> <p>5. DIREITO CIVIL 5.1. História. 5.2. Evolução e codificação. 5.3. Lei de introdução ao código civil. 5.4. Personalidade jurídica: as pessoas de direito. 5.4.1. Pessoa natural. 5.4.1.1. Aquisição de personalidade: o problema do nascituro. 5.4.1.2. Capacidade. 5.4.1.3. Emancipação. 5.4.1.4. Nome civil. 5.4.1.5. Registro civil. 5.4.1.6. Existência, capacidade, pessoa natural. 5.4.1.7. Extinção. 5.4.2. Direitos de personalidade. 5.4.3. Pessoa jurídica. 5.4.3.1. Introdução e conceito. 5.4.3.2. Denominações. 5.4.3.3. Pressupostos existenciais da pessoa jurídica. 5.4.3.4. Capacidade e representação da pessoa jurídica. 5.4.3.5. Classificação das pessoas jurídicas. 5.4.3.5.1. As associações. 5.4.3.5.2. As sociedades. 5.4.3.5.3. As fundações privadas. 5.4.3.5.4. As organizações religiosas. 5.4.3.5.5. Os partidos políticos. 5.5. Domicílio. Residência. Morada. 5.6. Bens e patrimônio. 5.6.1. Bem x coisa. 5.6.2. Patrimônio jurídico. 5.6.3. Classificação dos bens jurídicos. 5.6.3.1. Bens considerados em si mesmos. 5.6.3.2. Bens reciprocamente considerados. Classificação dos bens acessórios. 5.6.3.3. Dos bens públicos e particulares. 5.6.4. Do bem de família. 5.6.5. Coisas fora do comércio. 5.7. Fato e ato jurídico. 5.7.1. Fatos jurídicos em sentido amplo: classificação e efeitos. 5.7.2. Ato-fato jurídico. 5.7.3. Ato jurídico em sentido estrito. 5.7.4. Negócio jurídico. 5.7.4.1. Pressupostos de existência e validade. 5.7.4.2. Defeitos do negócio jurídico. 5.7.4.3. Eficácia do negócio jurídico. 5.8. Ato ilícito. 5.9. Responsabilidade civil. 5.10. Noções gerais sobre contratos.</p> <p>6. O DIREITO ADMINISTRATIVO 6.1. Conceito. 6.2. Administração pública: finalidades e divisão. 6.3.1. Administração Pública Direta. 6.3.2. Administração Pública Indireta. 6.3.2.1. Autarquias. 6.3.2.2. Empresas Públicas. 6.3.2.3. Sociedades de Economia Mista. 6.3.2.4. Fundações Públicas. 6.3. Ato administrativo. 6.3.1.</p>
--	---

	Classificação. 6.3.2. Espécies de atos administrativos. 6.3.3. Contrato administrativo. 6.4. Licitação. 6.4. Serviços públicos e de utilidade pública. 6.4. Agente público. 6.6.1. Servidor público. 6.7. Propriedade pública. 6.8. Poder de polícia. 7. Noções de direito penal
<b>BIBLIOGRAFIAS</b>	BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 40. ed. São Paulo: 2007. BRASIL. Código Civil e Constituição Federal. 58. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007. BRASIL. Código Penal e Constituição Federal. 45. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007. FUHER, Maximilianus, C.A.; MILARÉ, Edis. Manual de Direito Público e Privado. 15. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. 13. Ed. Saraiva, 2005. HERKENHOFF, João Batista. Fundamentos de Direito: uma visão panorâmica do universo jurídico. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001. MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007. PINHO, Ruy Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de Direito Público e Privado. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

<b>CONTEÚDO/DISCIPLINA</b>	<b>Direito Tributário</b>
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<p>1. INTRODUÇÃO: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO</p> <p>1.1. O Sistema Tributário Nacional: um instrumento de distribuição de renda; 1.2. Considerações iniciais sobre a relação tributária na história; 1.3. O Direito Tributário na árvore jurídica: seu lugar e sua relação com os demais ramos do Direito; 1.4. O Direito Tributário versus Direito Financeiro: as Receitas Públicas; 1.5. O Direito Tributário e os limites ao poder de tributar.</p> <p>2. FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO</p> <p>2.1. Fontes formais do Direito Tributário; 2.1.1. Fontes formais principais; 2.1.2. Fontes formais secundárias; 2.2. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.</p> <p>3. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E GERAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO</p> <p>3.1. Princípio da Legalidade Tributária; 3.2. Princípio da</p>

	<p>Anterioridade Tributária; 3.3. Princípio da Isonomia Tributária; 3.4. Princípio da Irretroatividade Tributária; 3.5. Princípio da Vedação ao Confisco; 3.6. Princípio da não-limitação ao tráfego de pessoas e bens e a ressalva do pedágio; 3.7. Outros princípios constitucionais e tributários.</p> <p><b>4. IMUNIDADES</b></p> <p>4.1. Imunidades gerais e recíproca; 4.2. Imunidade dos templos religiosos; 4.3. Imunidades não auto-aplicáveis; 4.4. Imunidade de Imprensa.</p> <p><b>5. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL</b></p> <p>5.1. Definição de Tributo: suas características; 5.2. Competência Tributária; 5.3. Espécies de Tributos e impostos.</p> <p><b>6. A RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA</b></p> <p>6.1. A hipótese de incidência; 6.2. O fato gerador; 6.3. Obrigação tributária.</p> <p><b>7. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA</b></p> <p>7.1. Conceitos introdutórios; 7.2. Responsabilidade de devedores solidários; 7.3. Responsabilidade de devedores sucessores; 7.4. Responsabilidade de terceiros devedores; 7.5. Responsabilidade por infrações; 7.6. Denúncia espontânea.</p> <p><b>8. CRÉDITO TRIBUTÁRIO</b></p> <p>8.1. Lançamento; 8.2. Decadência; 8.3. Prescrição; 8.4. Suspensão; 8.5. Extinção; 8.6. Exclusão; 8.7. Garantias e privilégios.</p> <p><b>9. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA</b></p> <p>9.1. Fiscalização; 9.2. Dívida Ativa; 9.3. Certidão Negativa; 9.4. Disposições finais e transitórias do CTN.</p> <p><b>10. TRIBUTAÇÃO DIFERENCIADA</b></p> <p>10. 1. Cooperativas; 10. 2. Micro e Pequenas Empresas.</p>
<b>BIBLIOGRAFIAS</b>	<p>Amaro, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 487 p. ISBN 8502021516.</p> <p>Baleeiro, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 1063 p. ISBN 978-85-309- 0506-4.</p> <p>Bastos, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário . 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1997. 267 p. ISBN 8502021796.</p> <p>Carrazza, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 23.ed. São Paulo: Malheiros, 2007. 1061 p. ISBN 978-85-7420-809-1.</p> <p>Carvalho, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 590 p. ISBN 978-85-02- 06628-1.</p> <p>Coêlho, Sacha Calmon na Varro. Compêndio de Direito Tributário. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 801 p.</p>

	<p>Sabbag, Eduardo. Direito tributário. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 237 p. (Elementos do direito; v.3). ISBN 978-85-203-3809-4.</p> <p>Nascimento, Carlos Valder do. Curso de Direito Tributário. Rio de Janeiro: Forense, 1999. 449 p</p>
--	--



ANEXO III – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO SELEÇÃO DE BOLSISTAS PARA O PROGRAMA DE MONITORIA REMUNERADA E VOLUNTÁRIA			
NOME COMPLETO:			
Nº. MATRÍCULA:	CPF:	IDENTIDADE:	PERÍODO:
DATA DE NASCIMENTO:	NATURALIDADE:	GÊNERO: ( ) Masculino ( ) Feminino	
ENDEREÇO RESIDENCIAL (Rua/Av.):			
BAIRRO:	CEP:	CIDADE:	UF:
E-MAIL:			
TELEFONE RESIDENCIAL:		CELULAR:	
CONTEÚDO/UNIDADE CURRICULAR OBJETO – (conforme consta no edital):			
<b>DECLARAÇÃO</b>			
Declaro que este formulário de inscrição contém informações completas e exatas e que aceito o sistema e os critérios adotados no presente Edital.			
(cidade), ____ de ____ de ____.			
_____ ASSINATURA DO CANDIDATO			
PARA USO DA SECRETERIA			
( ) Inscrição deferida      ( ) Inscrição indeferida			
Observação: _____			
_____			
_____			
_____			